

da Costa Torres Capaz Coelho, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessários ao cargo em que é investido.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Dezembro de 2009.

4 de Dezembro de 2009. — A Ministra da Cultura, *Maria Gabriela da Silveira Ferreira Canavilhas*.

Síntese curricular

Lúis Filipe da Costa Torres Capaz Coelho.

Licenciado em Gestão pela Universidade Lusíada de Lisboa.

MBA em Gestão, com especialização em Planeamento Estratégico, pelo ISEG.

Mestre em Gestão, pelo ISEG.

Doutorando em Gestão, pela Universidade Lusíada de Lisboa.

Técnico superior, assessor principal, do Ministério da Agricultura, desde 1992, do quadro da ex-Direcção-Geral do Desenvolvimento Rural, tendo exercido funções no âmbito da análise e gestão de projectos de investimento, do I e II Quadros Comunitários de Apoio, e da gestão financeira e patrimonial.

Situação actual — técnico superior da carreira técnica superior, do mapa de pessoal do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico.

De 27 de Janeiro de 2000 a 1 de Junho de 2006, director do Departamento de Gestão do Instituto Português de Conservação e Restauro, equiparado a director de serviços.

De 2 de Junho de 2006 a 30 de Abril de 2007, director do Departamento Financeiro e de Administração do Instituto Português do Património Arquitectónico, equiparado a director de serviços.

De 1 de Maio de 2007 até à presente data, director do Departamento de Gestão do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, equiparado a director de serviços.

Professor universitário, desde 1992, na Universidade Lusíada para as áreas financeira, estratégia empresarial e gestão de *stocks*.

Consultor da CEGOC — TEA, para a área financeira e da estratégia empresarial.

Formação profissional relevante para o cargo:

Seminário «Prepare-se para o novo POCP»;

Seminário «Como definir os objectivos qualitativos e quantitativos nos serviços da Administração Pública»;

Seminário da alta direcção;

Curso Contabilidade na A. P. — FSA;

Curso O Novo Regime Jurídico da Despesas Públicas, Decreto-Lei n.º 197/99”;

Curso Aquisições e Despesas Públicas;

Curso Regime Jurídico de Pessoal;

Curso Contabilidade Pública com Controlo Orçamental;

Curso Planeamento e Controlo de Gestão;

Curso Preparação de Planos e Relatórios de Actividades;

Curso Antecipando o Futuro: Os Benefícios e as Melhores Práticas de Planeamento Estratégico no Sector Público;

Curso Good Practices in Public Sector Human Resources Management: The Way Forward;

Curso Aspectos Teórico-Práticos do POCP;

Conferência Novo Regime de Aquisições de Bens e Serviços por Entidades públicas — Decreto-Lei n.º 197/99;

3.º Congresso Nacional da Administração Pública: O Novo Ciclo de Desenvolvimento da A. P.;

Curso O Novo SIADAP — Avaliação e Gestão do Desempenho;

Curso subordinado ao tema O Novo Regime da Contratação Pública;

Curso CAF — Estrutura Comum de Avaliação.

Trabalhos escritos:

«A distribuição e a refinação dos produtos petrolíferos na Europa Comunitária. Factores condicionantes das estratégias dos MAJORS» — dissertação de mestrado;

«Desajustamento entre estrutura da oferta e a estrutura da procura de produtos petrolíferos: a estratégia das companhias no espaço da UE» — trabalho apresentado, em co-autoria, nas VII Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científicas;

Diversos manuais de formação;

Sebentas universitárias.

202666961

Despacho n.º 26971/2009

Nos termos do disposto na alínea *h*) do n.º 1 do artigo 25.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração

Central, Regional e Local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, com a mudança de Governo, cessam as comissões de serviço dos titulares dos cargos de direcção superior dos serviços e organismos da administração directa e indirecta do Estado, com as excepções previstas nos n.ºs 3 e 4 do mesmo artigo. Não obstante e tendo em conta o estatuido no n.º 2 do artigo 24.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, a renovação daquelas comissões de serviço pode ter lugar, por confirmação do membro do Governo competente, no prazo máximo de 45 dias após a respectiva posse.

Pelo presente despacho, e por se manterem os pressupostos que fundamentaram os despachos de nomeação dos titulares dos cargos de direcção superior de 2.º grau, procede-se, pois, à renovação, por confirmação, de comissões de serviço do pessoal dirigente titular de cargos de direcção superior de 2.º grau dos diversos serviços e organismos do Ministério da Cultura que se encontravam em curso à data daquele início de mandato e respeitantes aos titulares que se pretende que continuem a exercer as suas funções até ao termo da comissão de serviço vigente.

Assim, determino:

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, e 64-A/2008, de 31 de Dezembro, são renovadas, por confirmação, as comissões de serviço dos seguintes titulares de cargos de direcção superior de 2.º grau dos serviços e organismos do Ministério da Cultura, até ao termo do triénio respectivo:

a) Doutora Maria Inês Durão de Carvalho Cordeiro, nomeada subdirectora-geral da Biblioteca Nacional de Portugal, através do despacho n.º 13 034-E/2007, de 25 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 25 de Junho de 2007;

b) Mestre Francisco Vicente Teixeira Barbedo, nomeado subdirector-geral de Arquivos, através do despacho n.º 12 995/2007, de 25 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 25 de Junho de 2007;

c) Licenciado Abel Carlos Reinas dos Santos Martins, nomeado subdirector-geral de Arquivos, através do despacho n.º 13 034-B/2007, de 25 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 25 de Junho de 2007;

d) Licenciada Maria Inês Sousa Lopes Dias Costa Carvalho, nomeada subdirectora-geral das Artes, através do despacho n.º 10 991/2008, de 2 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 74, de 15 de Abril de 2008;

e) Licenciado Pedro de Magalhães Mexia Bigotte Chorão, nomeado subdirector da Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema, I. P., através do despacho n.º 8259/2008, de 5 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 56, de 19 de Março de 2008;

f) Licenciada Leonor da Silveira Moreno Lemos Gomes e Sousa Paz, nomeada subdirectora do Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P., através do despacho n.º 13 034-I/2007, de 25 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 25 de Junho de 2007;

g) Doutor João Pedro de Paiva Gomes Cunha Ribeiro, nomeado subdirector do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P., através do despacho n.º 13 034-G/2007, de 25 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 25 de Junho de 2007.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 26 de Outubro de 2009.

9 de Dezembro de 2009. — A Ministra da Cultura, *Maria Gabriela da Silveira Ferreira Canavilhas*.

202670857

Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema, I. P.

Aviso (extracto) n.º 22480/2009

Nos termos do n.º 1 do artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com o n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 94/2007, de 29 de Março, durante a minha ausência entre os dias 9 a 11 de Dezembro inclusive, delego as funções que me estão confiadas no Director do Departamento de Divulgação e Exposição Permanente, Dr. Luís Miguel Oliveira.

Desta Delegação, exceptuo a cedência de espaços a terceiros, que terá sempre que ser submetida à minha aprovação, bem como a autorização de despesas de valor superior a 5.000€.

7 de Dezembro de 2009. — O Subdirector, *Pedro Mexia*.

202669001